

O PROGRAMA MONUMENTA: INTERVENÇÕES URBANAS PATRIMONIAIS E TURISMO EM SÃO FRANCISCO DO SUL (BRASIL)

Thais Zucheto de Menezes
Universidade de São Paulo
thais.menezes@usp.br

Este artigo procura analisar as intervenções urbanas realizadas pelo Programa Monumenta no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, Brasil.

O Programa Monumenta foi desenvolvido pelo Governo Federal e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de preservar o patrimônio histórico de cidades brasileiras através de práticas de gestão sustentáveis. Estas práticas previam que as áreas dos municípios selecionados pelo Programa contariam com um dinamismo econômico e social compatível com a vocação cultural, garantindo assim a conservação permanente do patrimônio. Além disso, esperava-se também uma gestão entre atores como os estados, municípios, a sociedade civil organizada e o setor privado.

As ações desenvolvidas no Município de São Francisco do Sul concentraram-se na revitalização de monumentos públicos, imóveis privados e logradouros públicos. O município surgiu como povoado em 1650 passando para a categoria de vila em 1660 e como cidade em 1847. A economia local sempre foi impulsionada pelas atividades marítimas e portuárias, e no século XX iniciou-se o processo de ocupação turística. Apesar deste novo processo de ocupação o centro histórico manteve-se resguardado devido a sua posição geográfica, sendo tombado como conjunto urbano pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1987.

Além da importância estratégica que a orla marítima desempenha no município e seu centro histórico, as intervenções realizadas fomentam sua vocação turística, assim como enfatizam sua função social e seu uso público. A valorização do patrimônio associada ao crescimento do turismo cultural pode ser visto como uma transformação positiva na área estudada, porém, faz-se necessária uma análise mais profunda desta associação, na qual são identificadas contradições. O processo de seleção de bens patrimoniais é complexo e conflituoso, e a sua valorização turística torna este processo ainda mais complexo já que aponta para uma demanda de mercantilização do patrimônio.

Para o desenvolvimento deste estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e estudos do meio, possibilitando compreender e analisar as intervenções executadas no sítio histórico urbano e as relações com turismo cultural e patrimonial desenvolvido nesta área.

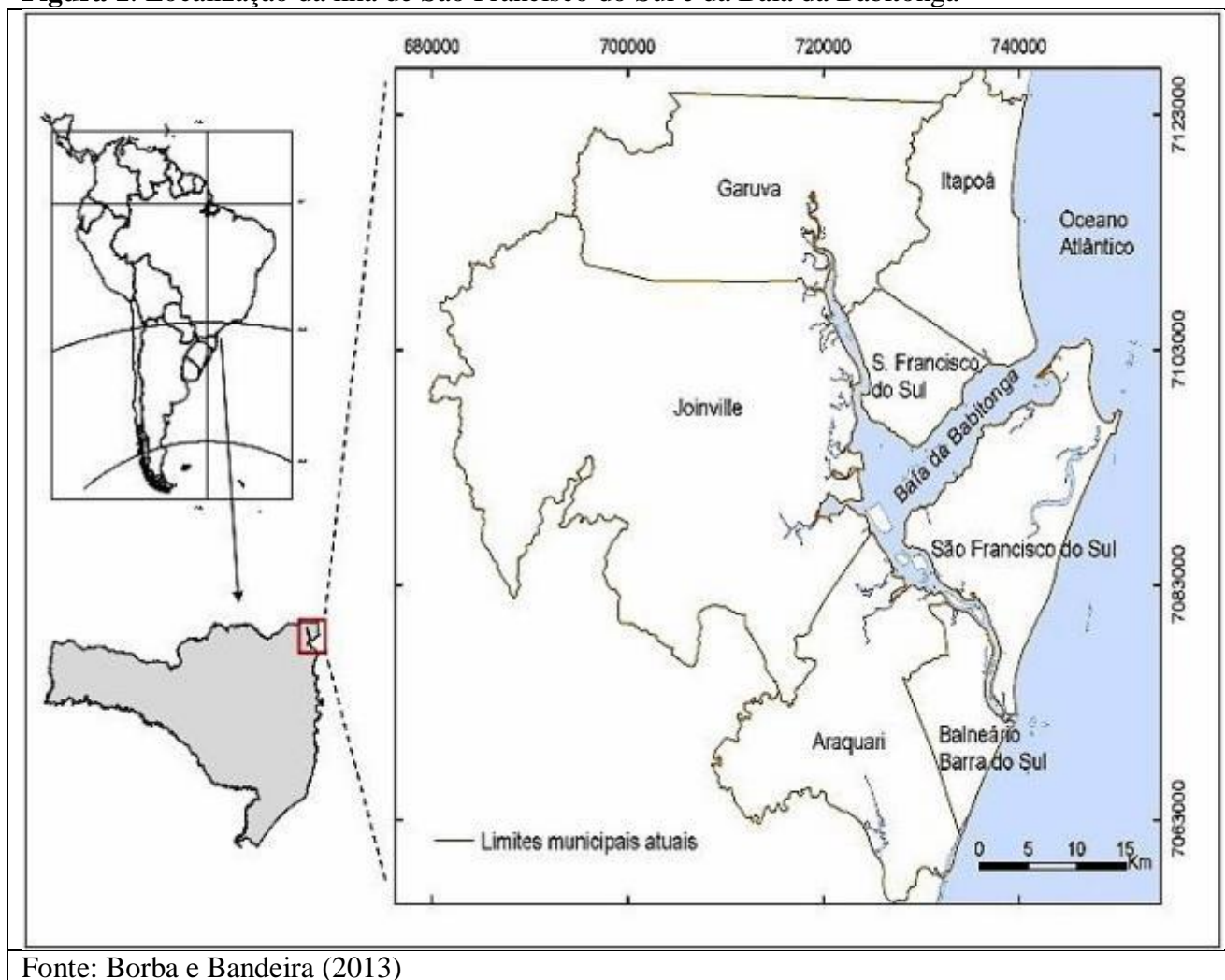
Como resultado de tais estudos, destaca-se que a atuação do Programa gerou novas ações de investimentos na área preservada, articulando uma dinamização das atividades econômicas e a instalação de novos estabelecimentos comerciais, o que promoveu a valorização para os imóveis do núcleo histórico. Entretanto, foi possível identificar áreas ociosas, degradação de alguns imóveis e principalmente a dificuldade de manutenção do uso residencial destas áreas.

Palavras chaves: Patrimônio histórico, turismo, Programa Monumenta, São Francisco do Sul (Santa Catarina – Brasil).

1. São Francisco do Sul

São Francisco do Sul é a cidade mais antiga do Estado de Santa Catarina, sendo a terceira cidade mais antiga do Brasil. De acordo com Pereira (2007), o processo de ocupação de seu território data oficialmente de 1658. Entretanto, existem referências da Ilha de São Francisco datadas de 1519. A Ilha também teria sido visitada anteriormente por Binot Palmier de Gonneville, navegador normando, em princípios de 1504, porém tal informação é bastante controversa entre historiadores. O município surgiu como povoado em 1650 passando para a categoria de vila em 1660 e como cidade em 1847. Sua localização pode ser observada na **Figura 1**.

Figura 1. Localização da ilha de São Francisco do Sul e da Baía da Babitonga



Fonte: Borba e Bandeira (2013)

A economia, no momento do processo de ocupação, foi baseada na agricultura e na atividade portuária, com a exportação de madeira, pescados secos e farinha de mandioca. Em 1720, a vila estava encrustada nas margens da Baía da Babitonga e nos morros localizados à sua porção sul. As primeiras ruas estavam localizadas próximas ao porto e à igreja. Assim como outros assentamentos litorâneos com influência portuguesa, o espaço urbano tinha como elementos constituidores a igreja e a praça, com expansão através da orla praiana. De acordo com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul¹, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, de 1699, foi construída por escravos, milicianos e pelo povo do lugar, com argamassa feita de uma mistura de cal, concha, areia e óleo de baleia.

De acordo com Pereira (2007), a fase próspera da cidade se inicia em 1858 com a abertura da estrada ao planalto catarinense, passando a escoar a produção do norte de Santa Catarina e sul do Paraná, e com a implantação de companhias importadoras e exportadoras e armazéns de estocagem, com destaque aos da Cia. Carl Hopeck. E com a construção da estrada de ferro São Paulo- Rio Grande, pertencente à Brazil Railways Co., iniciada em 1905, e a instalação de uma estação marítima na Baía da Babitonga em 1912, ampliaram-se as condições das operações portuárias da cidade. Nas décadas iniciais do século XX ocorreu uma “diversificação nas atividades produtivas e comerciais na cidade, com a abertura de engenhos, olarias, curtumes e pequenas fábricas, entre outras” (Pereira, 2007, p.36).

O reflexo das mudanças das atividades econômicas da cidade é notado na arquitetura local. “O conjunto, que até então era constituído principalmente de arquiteturas coloniais portuguesas vai,

¹ Disponível em: <http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/c/historia#.VOGA5vnF9zg>. Acessado em 04 Jan. 2015.

aos poucos, sendo substituído pelo estilo eclético que passa a predominar” (Pereira, 2007, p.36). Ao longo do século XX a arquitetura da cidade também incorporou elementos da arquitetura alemã devido aos colonos que se instaram. Porém, em todos os períodos, o ponto principal de sua ocupação é a observação do mar.

O porto sempre exerceu um papel muito importante na dinamização da sociedade local e no crescimento urbano. A atividade do turismo é mais recente sendo praticada, além do centro histórico, na região norte nos balneários de Enseada, Ubatuba e Prainha. Atualmente o centro histórico possui “função de dar suporte às atividades portuárias, com espaço para os agenciadores marítimos, despachantes, cartórios, serviços, hotéis e restaurantes, sem, contudo, perder de vista a manutenção de uma de suas características mais marcantes: a multifuncionalidade e a presença ainda bastante numerosa de residências” (Pereira, 2007).

Na década de 1940, com o declínio e o esgotamento das reservas no Estado de Santa Catarina da erva mate e da madeira, a prosperidade chega ao fim. Além disso, o governo brasileiro estava direcionando recursos para outros portos e era presente a recessão financeira causada pelas duas guerras mundiais (nos períodos de 1914-1918 e 1939-1945). De acordo com IPHAN², a estagnação econômica impediu a descaracterização completa da cidade, comum no litoral brasileiro devido à construção de grandes empreendimentos imobiliários. A partir da década de 1970 ocorrem grandes investimentos, como a chegada grandes empresas de armazenamento e beneficiamento de grãos chegaram à região, o terminal graneleiro e um terminal marítimo da Petrobrás.

De acordo com Pereira (2007), São Francisco do Sul foi tombado municipalmente em 1981 pela Lei 756 de 18 de março de 1981 que criou uma zona especial de proteção, estabeleceu benefícios e incentivos fiscais e deu atribuições ao Departamento de Educação, Cultura e Turismo e ao Conselho Municipal de Cultura. O tombamento do Centro Histórico pelo Município foi uma etapa para a proteção federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1987.

De acordo com o IPHAN³:

O patrimônio urbanístico e arquitetônico do Centro Histórico de São Francisco do Sul possui cerca de 400 imóveis tombados pelo IPHAN, em 1987. Essa área abrange o núcleo original da cidade, a cumeada de elevações que o envolvem e a orla marítima. Antigos casarios em estilo colonial, sambaquis, antigas igrejas, cerca de 150 casas e monumentos compõem o patrimônio tombado. No conjunto urbano estão o centro cívico e religioso, e no seu entorno funcionam o comércio e a prestação de serviços. Em São Francisco do Sul há uma grande diversidade de elementos arquitetônicos, emoldurados pela beleza da Baía da Babitonga. Monumentos e espaços públicos tombados: Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças, Terminal Marítimo (Portal do Turismo), Mercado Público Municipal, Museu Nacional do Mar, Museu Histórico, Estacionamento, Orla Marítima (vias e logradouros, mobiliário urbano, trapiche e decks), Morro do Hospício e Centro Histórico.

2. O Programa Monumenta

Em 1995 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) propõe o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta em conjunto com o Ministério da Cultura – MinC, baseando-se na experiência adquirida em Quito que em 1987 sofreu um abalo sísmico. De acordo com Bonduki (2010), este abalo “danificou gravemente seu centro histórico, inscrito como Patrimônio da Humanidade” e sua reconstrução “foi realizada a partir da criação de um órgão vinculado ao município e com recursos de diferentes fontes, o *Fondo de Salvamento del Patrimonio Cultural*”. As ações desenvolvidas pelo *Fondo* não se limitaram ao restauro de

² Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=63AFDD8CED6F118C4A7C34053C6B1934?id=18212&retorno=paginalphan>. Acessado em 10 Dez. 2014.

³ Idem.

monumentos, envolveram também intervenções como qualificação de espaços públicos, melhorias na infraestrutura urbana e mobilidade, recuperação de áreas habitacionais, entre outros.

O apoio à reabilitação de centros históricos estava marcado pelos ideais de sustentabilidade da preservação do patrimônio histórico e artístico nos núcleos urbanos em conjunto com o desenvolvimento de atividades econômicas, principalmente o turismo, garantindo assim a manutenção do patrimônio.

De acordo com Tozi (2007), os objetivos de longa duração do Programa estavam pautados nos aspectos técnicos relacionados à preservação e valorização do patrimônio cultural nacional, e esperava-se fossem criados o hábito e a consciência da importância de preservação e conservação através do processo de seleção das áreas, dos estudos desenvolvidos e da recuperação dos monumentos. O objetivo de curta duração era o uso econômico e social das áreas detentoras desses monumentos, que poderiam atrair investimentos da iniciativa privada nas regiões selecionadas pelo Programa. Bonduki (2010) salienta que o programa foi “concebido não apenas como um programa de recuperação física de monumentos – ação tradicional da política federal de preservação –, mas como um instrumento capaz de criar referências para uma prática de gestão sustentada do patrimônio cultural brasileiro”.

O Programa Monumenta foi o maior contrato financeiro da história das políticas de preservação e a principal iniciativa de planejamento estratégico urbano na área de cultura no Brasil. De acordo com Banduki (2010) o Programa investiu cerca de 125 milhões de dólares em intervenções ligadas às obras “que ultrapassaram o restauro de monumentos para alcançar, nos perímetros protegidos, a recuperação de imóveis privados e a qualificação de espaços públicos” e ligadas também a “documentação, difusão, popularização e educação patrimonial e ao fortalecimento institucional dos órgãos de proteção”.

Com apoio da UNESCO e com coordenação técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foram desenvolvidas duas linhas de atuação nas áreas dos conjuntos históricos urbanos: o subsídio no financiamento público na restauração dos espaços públicos e dos imóveis e uma linha de financiamento administrada pela Caixa Econômica Federal⁴ com juros a 0% para a recuperação dos imóveis particulares nas áreas de projeto.

Os principais objetivos do Programa são indicados na sequência (Tabela 1), indicados de acordo com a área de atuação: o conjunto constituído pelo patrimônio histórico e cultural, área de atuação do projeto como um todo e as atividades complementares que beneficiariam iniciativas de preservação e reutilização dos espaços.

Tabela 1. Objetivos por área de atuação do Programa Monumenta

Patrimônio Histórico e Cultural	Área do Projeto	Atividades Complementares
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação do roteiro cultural ▪ Ampliação do número de usuários de equipamentos culturais ▪ Intensificação do uso social e econômico do patrimônio ▪ Recuperação do conjunto histórico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo à diversidade econômica e funcional ▪ Reutilização de imóveis e recuperação de sua estrutura física ▪ Criação do Fundo de Preservação Municipal para a gestão autossustentada da região ▪ Revitalização da área 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção de estruturas habitacionais ▪ Criação de áreas de lazer e entretenimento associadas ▪ Criação de programas de saúde e educação (patrimonial e ambiental) ▪ Programas de realocação social da população de risco ▪ Capacitação e geração de mão de obra

Fonte: Tozi (2007).

Em 1999 foi assinado o empréstimo com o governo brasileiro e em 2000 o Programa iniciou com a seleção dos municípios que contavam com centros históricos urbanos tombados⁵ em âmbito

⁴ A Caixa Econômica Federal é um banco público de propriedade do Estado Brasileiro orientado para o desenvolvimento econômico e social.

⁵ O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal, com objetivo de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. Fonte: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17738&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>

federal com maior relevância econômica do país e currículo de experiências anteriores na execução de projetos de revalorização patrimonial: Ouro Preto (MG), Olinda (PE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Salvador (BA) e São Luís (MA) e em 2003 outros municípios foram incluídos no Programa. De acordo com Bonduki (2010)

a relação dos 26 núcleos históricos finalmente contemplados garantiu a cobertura de diversas regiões do país, manifestações arquitetônicas e urbanísticas de várias épocas, diferentes “ciclos econômicos” e portes de cidades. Além dos seis municípios já citados, foram incluídos centros históricos de metrópoles regionais, como Porto Alegre, Belém e Manaus; alguns dos mais importantes polos de mineração, como Mariana, Congonhas do Campo, Diamantina e Serro (MG), Goiás (GO), Natividade (TO) e Lençóis (BA); núcleos nordestinos ligados à produção de açúcar, algodão e fumo, como Cachoeira (BA), Laranjeiras e São Cristóvão (SE) e Alcântara (MA); importantes portos, como Corumbá (MS), Penedo (AL) e São Francisco do Sul (SC), e núcleos históricos representativos do processo de ocupação do interior do país, como Icó (CE), Pelotas (RS) e Oeiras (PI).

De acordo com Duarte Junior (2010), através do Programa Monumenta que, efetivamente, as áreas urbanas de interesse cultural deixam de ser consideradas apenas como cidade-monumento e cidade-documento, sendo consideradas como instrumentos para a viabilização do desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades que as habitam. O patrimônio cultural passa a ser visto como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira, tornando estas áreas em polos culturais, incrementados pelo turismo cultural e pela geração de empregos.

2.1.As intervenções do Programa Monumenta em São Francisco do Sul (SC)

Entre os projetos desenvolvidos em orlas, São Francisco do Sul teve o projeto de intervenção mais significativo. A proposta de qualificação do espaço público se estende ao longo da costa articulando-se com atrativos de visita ao centro histórico. O Museu Nacional do Mar (**Foto 1** e **Foto 2**) é o maior atrativo no centro histórico e funcionou como uma espécie de âncora da intervenção.



Foto 1. Vista lateral do Museu Nacional do Mar (foto do autor – 11/2014)

Foto 2. Vista posterior do Museu Nacional do Mar (foto do autor – 11/2014)

As intervenções se concentraram na restauração dos imóveis de maior destaque, como o Mercado Público (**Foto 3**), o Armazém Santista (atual Terminal Marítimo), armazéns da Empresa de Navegação Hoepcke (atual Museu Nacional do Mar), Clube XXIV de Janeiro e anexo (**Foto 4**), Casarão Jacob, Prefeitura Municipal, Casarão Musse, Casa Eclética, Capitania dos Portos, Casarão Görresen, Cine Teatro X de Novembro (**Foto 4**) e Museu Histórico (**Foto 5**).



Foto 3. Vista lateral do Mercado Público (foto do autor – 11/2014)



Foto 4. Clube XXIV de Janeiro (foto do autor – 11/2014)



Foto 5. Cine Teatro X de Novembro (foto do autor – 11/2014)



Foto 6. Museu Histórico (foto do autor – 11/2014)

De acordo com Bonduki (2010) as ações de urbanização e requalificação dos espaços juntos à orla geraram uma grande transformação na área da baía da Babilonga em aproximadamente um quilômetro e meio de extensão (**Figura 1**). A localização do Museu Nacional do Mar, em uma das extremidades deste percurso, o tornou além de ponto de referência, identidade da cidade e um elemento importante de atração dos turistas.



Figura 1. Intervenções em São Francisco do Sul (SC)

Fonte: Bonduki (2010)

A intervenção, realizada no núcleo histórico de São Francisco do Sul, constituída na orla (**Foto 7**), propiciou resultados positivos na perspectiva urbanística e econômica. A reurbanização localizou-se em toda frente marítima localizada na área preservada, entre Museu Nacional do Mar até o Museu Histórico. De acordo com Bonduki (2010), “a recuperação urbanística desse caminho conferiu uma nova qualidade ao espaço público da cidade, com forte impacto sobre a reabilitação do conjunto preservado”. Além da orla e das vias principais, as obras de reabilitação se estenderam por várias ruas e praças com edifícios de interesse, como a igreja matriz (**Foto 8**). Também foram construídos trapiches avançando no mar (**Foto 9**) e na rua Babitonga o trapiche é referência (**Foto 10**), recebendo barcos de diversos pontos da baía e oriundos de Joinville (SC), maior cidade da região.



Foto 7. Vista da orla urbanizada (foto do autor – 11/2014)



Foto 8. Vista da igreja da matriz a partir do Morro do Hospício (foto do autor – 11/2014)



Foto 9. Vista do trapiche (foto do autor – 11/2014)



Foto 10. Vista do trapiche na rua Babbitonga (foto do autor – 11/2014)

A atuação do Programa Monumenta, de acordo com Bonduki (2010), induziu a reabilitação de outros edifícios (**Foto 11** e **Foto 12**) resultando numa dinamização das atividades econômicas na região que é notada em novos padrões de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços (**Foto 13**), valorizando imóveis do núcleo histórico, com impacto positivo na preservação e reabilitação física do patrimônio edificado. Porém este processo gera dificuldades para a manutenção do uso residencial (**Foto 14**).



Foto 11. Edifício em processo de recuperação para instalação do Centro Cultural (foto do autor – 11/2014)



Foto 12. Edifício em processo de recuperação para instalação da Biblioteca Pública (foto do autor – 11/2014)



Foto 13. Presença de estabelecimentos comerciais no centro histórico (foto do autor – 11/2014)



Foto 14. Edifício abandonado (foto do autor – 11/2014)

O núcleo histórico urbano de São Francisco do Sul apresenta um dinamismo econômico que propicia que a sua preservação não seja dependente do movimento sazonal característico do turismo. O porto possui muita expressividade neste contexto, visto que gera movimento na economia local e regional, sendo um dos principais do sul do país. No centro histórico estão instaladas empresas de logística, agências de despachos, empresas transportadoras de cargas, entre outras. Estas empresas contribuem para a preservação dos edifícios, pois possuem condições econômicas para a preservação. Porém, notou-se que existem imóveis ociosos e abandonados devido ao grande período de estagnação sofrido pela cidade.

O desafio para esta área é o reduzido número de moradores no núcleo histórico. De acordo com Bonduki (2010), “na área protegida, residem em torno de 700 pessoas, enquanto a população flutuante soma cerca de 1.120 trabalhadores e prestadores de serviços e milhares de visitantes”. O perfil do Projeto Monumenta não privilegia o estímulo ao uso residencial e pode chegar a contribuir para a unifuncionalidade da área, comprometendo parcialmente a qualidade da intervenção.

Além disso, são poucos os resultados do financiamento para a recuperação de imóveis privados e o incentivo ao uso residencial. A iniciativa privada e o poder público promovem ações para que a mudança no padrão da atividade turística (como o turismo de massa), que se intensifica no verão e em feriados, não seja dispersa ao longo do ano. Atividades pensadas para a atração da população da região devem ampliar a frequência de visitas na cidade. De acordo com Bonduki (2010), a intervenção do Programa está inserida na valorização do centro histórico, transformando-o em um importante polo regional de lazer. “Além do interesse despertado pelo núcleo histórico, a cidade ocupa posição estratégica, nas proximidades de outros grandes centros urbanos, como Curitiba, Joinville, Jaraguá, São Bento do Sul, Brusque, Florianópolis, Blumenau, Itajaí e Camboriú, todos situados à pequena distância”.

3. Turismo Cultural e Patrimônio

De acordo com Santos (2010), o patrimônio cultural é organizado a partir de um processo de seleção de bens que é justificado

por explicitar a história das sociedades e das cidades, os quais constituem elementos necessários à formação da cultura de um povo, de sua memória e de sua identidade no mundo, bem como indispensáveis a percepção desses indivíduos enquanto atores sociais construtores da história das cidades e das sociedades, à valorização dessa história e de sua cultura e à sua preservação.

Para Paes (2010) “o patrimônio cultural não é nunca o bem em si mesmo, nem tampouco o valor simbólico que não seja coletivizado e materializado de algum modo, constituindo uma expressão da sociedade”.

O turismo cultural, atualmente, possui crescente destaque diante da procura, por parte dos turistas, não apenas por paisagens, mas também pelo conhecimento de tempos diferentes. Em São Francisco do Sul nota-se a refuncionalização de seu núcleo histórico urbano, com novos usos sociais dos espaços que agregam valor econômico ao patrimônio cultural edificado, conforme salienta Paes (2010) no caso de muitas cidades brasileiras. A autora reforça ainda que as consequências deste processo de refuncionalização podem estar ligadas a “seletividade social que estas novas territorialidades do consumo impõem, priorizando a valorização estética e mercadológica dos bens e das paisagens”. Bertonecello (2010) reforça que o turismo cultural é baseado na valorização do patrimônio como atrativo turístico, estabelecendo assim uma vinculação que é posta como positiva. Porém, é preciso analisar com cuidado os processos de seleção dos bens patrimoniais e o papel que os interesses econômicos possuem neste processo, valorizando lugares como destinos turísticos.

Apesar de o turismo possibilitar aproveitamento e o contato com o patrimônio, Bertonecello (2010) aponta que o turismo é uma via ou estratégia parcial e tendenciosa de colocar o patrimônio a disposição de todos, já que o turismo é praticado apenas por uma parte limitada da sociedade. Isto não invalida a importância do turismo como estratégia de divulgação e de acesso ao patrimônio, mas é preciso ter em consideração que a atividade turística está diretamente relacionada com a capacidade econômica dos que a praticam e que esta atividade é socialmente desigual.

Outro ponto importante que deve ser apontado é a dinâmica e as relações que o turismo possui com a seleção patrimonial, pois os critérios de interesse podem estar muito mais ligados aos turistas do que as sociedades que convivem e de certa forma possuem o patrimônio.

Bertonecello (2010) indica a necessidade de pensar a valorização turística do patrimônio como possível condutora de processos de apropriação diferencial e até uma privatização do patrimônio, o que contradiz totalmente o seu caráter de bem comum a toda sociedade. O patrimônio não deve ser tratado como mercadoria em função de uma demanda específica.

No caso de São Francisco do Sul, os moradores do centro histórico urbano são, de acordo com Pereira (2006), pessoas de classe média, pequenos comerciantes e prestadores de serviço, que nunca chegaram a abandonar seus imóveis. O Projeto Monumenta ofereceu alternativas de trabalho e renda para a população local e recuperou na cidade algumas tradições e proporcionou novas formas de relacionamento pessoal. Foi possível observar que não ocorreu um processo de banalização do Centro Histórico e que existe uma diversidade no uso desta área. Além disso, o Museu Nacional do Mar possui um papel central como agente de difusão cultural e de valorização do patrimônio local, promovendo ações para estimular a população local no reconhecimento de sua identidade.

4. Referências Bibliográficas

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010. 376 p. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4185>>. Acesso em: 12 set. 2014.

BORBA, Fernanda Mara; BANDEIRA, Dione da Rocha. Escravos na Vila de São Francisco do Sul no oitocentos: funções, famílias e habitações. **Revista Latino-americana de História**, [s.l.], v. 9, n. 9, p.117-140, dez. 2013. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/317/295>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, [S.l.], n. 10, p. 49-88, out. 2010. ISSN 1980-4466. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15661>>. Acesso em: 16 Dez. 2014.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). São Francisco do Sul (SC). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=63AFDD8CED6F118C4A7C34053C6B1934?id=18212&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. 230 p

PEREIRA, Vanessa Maria. **São Francisco do Sul: O Patrimônio que se Estabelece e a Paisagem que se Constrói**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106590>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

PEREIRA, Vanessa Maria. Gestão democrática do patrimônio cultural em São Francisco do Sul (SC). **Revista CPC**, [S.l.], n. 2, p. 119-128, out. 2006. ISSN 1980-4466. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15592>>. Acesso em: 16 Jan. 2015.

SANTOS, Maria Helena M. B. **Programa Monumenta: a relação dos centros históricos com os fluxos de capital internacional e o turismo**. In: Seminário Centros Históricos-Centralidades Urbanas, 2010, Buenos Aires. Ponencias. Buenos Aires: CICOP Argentina, 2010. Disponível em: <<http://www.cicopar.com.ar/ponencias/20.pdf>>. Acessado em: 10 nov. 2014.

TOZI, Desirée Ramos. **Primavera de estações: O programa Monumenta e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural na região do bairro da Luz**. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04122007-114906/pt-br.php>>. Acesso em: 12 out. 2014.